



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA DE PLENÁRIO n.º

80

MODIFICATIVA

PLP 123/2004 do Deputado Jutahy Júnior que "Regulamenta o parágrafo único do art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal e dá outras providências."

Dê-se nova redação ao art. 16 e inclua-se dois novos artigos na seção VI, intitulada "dos créditos", referentes ao regime de tributação do substitutivo da CESP, na forma que se segue:

"Seção VI Dos Créditos

Art. 16 As microempresas e as empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, não farão jus, ressalvado o disposto nesta lei complementar, à apropriação ou à transferência de créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional."

"Art.... A pessoa jurídica, não optante do Simples Nacional, fabricante de produtos sujeitos à incidência do IPI, que adquirir de empresa optante pelo Simples Nacional, matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, sujeitos à incidência desse imposto a alíquota maior que zero, poderá se creditar, a título de IPI, do valor calculado pela aplicação da alíquota do imposto sobre a matéria prima, o produto intermediário e o material de embalagem adquiridos multiplicado pelo valor constante da nota fiscal.

Art..... A pessoa jurídica, não optante do Simples Nacional, fabricante de produtos sujeitos à incidência do ICMS, que adquirir de empresa optante pelo Simples Nacional, matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, sujeitos à incidência desse imposto a alíquota maior que zero, poderá se creditar, a título de ICMS, do valor calculado pela aplicação da alíquota do imposto sobre a matéria prima, o produto intermediário e o material de embalagem adquiridos multiplicado pelo valor constante da nota fiscal."

Justificativa

A vedação à apropriação ou transferência de créditos tributários cria um desincentivo aos negócios entre empresas optantes e não-optantes do Simples Nacional. As empresas compradoras recolherão um montante maior de tributos, pois não poderão descontar os tributos já recolhidos pelas empresas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Carta em 80

vendedoras.

Ademais, quando uma empresa optante pelo Simples se encontrar no início ou no meio de uma cadeia produtiva, o benefício da redução dos tributos será pago pela empresa acima da optante na cadeia produtiva.

Pelo mecanismo proposto o crédito será definido pela aplicação da alíquota do IPI e do ICMS do produto adquirido sobre o valor constante da nota. Esse é, inclusive, um dos mecanismos constitucionalmente previstos para isenção e não-incidência.

Sala das Sessões, de de 2006.


Deputado Armando Monteiro